

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA
COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 15 DE
DEZEMBRO DE 2007:-----

Aos quinze dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas nove horas e vinte minutos iniciou-se e teve lugar a quinta e última sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1– APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 28 DE SETEMBRO DE 2007

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2 – TERCEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S PARA O ANO EM CURSO=APROVAÇÃO;

2.3 – ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2008=APROVAÇÃO;

2.4 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO EM 2008;

2.5 – LEI Nº 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO – LEI DAS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS=TAXAS PELOS DIREITOS DE PASSAGEM;

2.6 – COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO=DESIGNAÇÃO DE 4 CIDADÃOS ELEITORES, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO ARTº 17º DA LEI Nº 147/99, 01 DE SETEMBRO;

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e António Agostinho Castro Cunha. Participaram também na sessão os senhores deputados Lauro de Figueiredo Gonçalves, Elsa da Natividade Rodrigues Silvestre do Amaral, João Duarte Boto Martins, Edite da Conceição Alves Cruz, Agostinho Pires, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Fernando Manuel Varela Nunes, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, Paulo Dirceu Domingues dos Santos, António João dos Santos Martins, Carla Isabel Silva Cunha, Pedro Miguel Soares Veloso, António Alexandre Varela Gomes, Nuno João Marques da Costa Pereira, Guilherme Luís Leitão Castanheira, Manuel Macedo Varela Dias, António Dias da Cruz Brinca da Silva, José Rui Batista Alves Ferreira, Augusto de Oliveira Santos, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia que tomaram assento nas bancadas que lhes estavam destinadas. Verificou-se a ausência dos Srs. Deputados César Fernando Lima Branquinho, José Augusto Morais de Sousa e Sandro Branquinho de Matos, que justificaram a falta.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 28 DE SETEMBRO DE 2007. Não se registando qualquer pedido de intervenção passou-se para a votação sendo a acta aprovada por maioria com 26 votos a favor (15 da Coligação e 11 do Partido Socialista) e uma abstenção da Coligação (Sr. Deputado Agostinho Pires).

Pelo 1º Secretário foi dada a informação que se iria distribuir a todos os Deputados o resultado da auditoria às contas da Câmara Municipal feita no 1º semestre de 2007 e nos termos da Lei das Finanças Locais. Esta auditoria apesar de datada de 13/7/2007 apenas na véspera desta sessão, dia 14/12/2007 foi recebida. Foi também informado a todos os Deputados que uma brochura sobre o Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Região do Planalto Beirão iria ser distribuída no final da sessão.

O Sr. Presidente da Assembleia pediu desculpa pela marcação desta sessão para um Sábado de manhã e com condições climatéricas agressivas, no entanto tinha sido assim devido a uma solicitação do Sr. Presidente da Câmara.

Seguidamente foi dada a palavra aos Srs. Deputados, tendo a primeira intervenção sido feita pela Sra. Deputada Elsa Amaral, que manifestou o seu agrado pela colocação de um painel de azulejos no centro da cidade que retrata o martírio da Abadessa Madre Comba. Agradeceu ao Sr. Presidente da

Câmara por ter começado a homenagear filhos ilustres desta terra, começando por aquela que pela lenda deu nome ao Município. Propôs que também a placa identificativa do nome da avenida fosse alterada para um painel de azulejos com os dizeres “Marechal Humberto Delgado, 1906-1965”.

Seguiu-se depois a intervenção do Sr. Deputado João Boto Martins, que começou por desejar a todos uma quadra natalícia feliz. Referiu-se a seguir à marcação desta sessão para um sábado e a não indicação na convocatória do correspondente dia da semana o que provocou que alguns Srs. Deputados, também pelo hábito das sessões se realizarem às Sextas-feiras, não se apercebessem que a mesma se realizava a um sábado dando origem a que alguns que já tinham compromissos para esta data não os pudessem adiar e daí terem que faltar à sessão. Leu a seguir uma nota assinada pelos Deputados do Partido Socialista “Os Deputados do Partido Socialista à Assembleia Municipal não querem deixar de manifestar a sua estranheza, ainda que convictos que existirão certamente razões ponderosas, por a presente sessão ordinária desta Assembleia ter sido convocada para um sábado, situação que ocorre pela primeira vez desde à muitos anos e manifestam a esperança de que tal não venha a repetir-se especialmente sem qualquer contacto prévio que permita minorar os inconvenientes desta situação imprevista”. O seu segundo assunto tinha a ver com as Águas do Planalto, coincidentemente de quem se tinha recebido uma brochura que impressionava pela qualidade, daí esperar que as Águas do Planalto prestassem serviços de tão boa qualidade como a que aparentava ter a brochura, à primeira vista. Manifestou o seu desagrado pelas três taxas que a factura da água continha (Tratamento de Resíduos Sólidos, Saneamento e uma taxa especial para fazer face a despesas imprevistas) não seria bem contra as taxas que se manifestava, apesar de não serem insignificantes, embora não quisesse dizer que eram excessivas. Dizia sim que era uma situação injusta pois tanto pagava a pessoa que se preocupava em separar e a reciclar o lixo, como a que não se preocupava e que se limitava a deitar para o contentor todo o tipo de lixo que poderia ter outro destino. Esta situação dava origem a que as pessoas não se preocupassem com a situação, pois se pagassem a taxa em relação ao lixo produzido mudariam o seu comportamento e teriam uma maior consciência em se preocupar com as questões relacionadas com o ambiente, dando também origem à diminuição do volume de resíduos sólidos que vão para o Aterro Sanitário que se irá esgotar dentro de um prazo talvez inferior ao previsto. Tudo isto resultaria num benefício para os munícipes pois o aterro duraria mais tempo e o ambiente não seria tão prejudicado, deixando por isso o apelo ao Sr. Presidente da Câmara para que junto da Associação de Municípios do Planalto

Beirão intercedesse no sentido de que o sistema actual fosse alterado, achando no entanto que não seria fácil, mas não seria o primeiro Município do País a ter essa preocupação e a pôr em prática um sistema que seja mais compatível com as preocupações ecológicas cada vez mais presentes na sociedade de hoje e com a sensibilização de todos os munícipes para a necessidade de proteger os nossos interesses e os das gerações vindouras.

Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Assembleia deu a conhecer a todos os Srs. Deputados e a pedido do Sr. Presidente da Câmara da possibilidade de a partir de agora receberem toda a documentação por e-mail. Para isso teriam que informar os Serviços Administrativos da sua vontade e do respectivo e-mail. Quem não estivesse interessado continuaria a receber a documentação como até aqui.

Passou-se a seguir para o ponto dois da Ordem de Trabalhos – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo nº 2 do Artº 19º do Regimento, passou-se ao ponto dois ponto um - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que antes de se debruçar sobre este assunto, solicitou autorização para se referir à intervenção do Sr. Deputado Boto Martins efectuada no Período de Antes da Ordem do Dia. Assim e em relação à marcação desta sessão para um Sábado disse que a mesma foi marcada pelo Sr. Presidente da Assembleia a seu pedido e se outra razão não houvesse a grande afluência de munícipes já seria uma razão, pois possibilitava aqueles que estão ocupados durante a semana a possibilidade de assistirem às sessões que são públicas. Em relação à brochura distribuída informou o Sr. Deputado que ela não era originária das Águas do Planalto mas sim da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão. Quanto às taxas constantes da factura da água comentou que nunca tinha visto nenhuma reacção às taxas que constavam da factura da EDP e estas em causa eram taxas que diziam directamente respeito aos munícipes do concelho, uma vez que eram recolhidas pelas Águas do Planalto e entregues ao Município para pagar os serviços de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos e Saneamento. A outra taxa estava prevista no contrato, estando à vontade para falar porque este contrato não tinha sido assinado por ele, concordando no entanto com a mesma pois destinava-se a financiar as obras feitas no sentido de melhorar a qualidade da água e a garantia de não haver falta de água nos períodos de seca. Concordava com a recolha selectiva dos Resíduos Sólidos Urbanos, estando previsto o reforço de

Ecopontos no próximo ano, sendo uma postura cívica, achava difícil e quase impossível de contabilizar a quantidade de resíduos que cada pessoa pudesse produzir. Achava o sistema injusto mas não via outra solução. Disse que o actual Aterro Sanitário teria uma vida útil de pelo menos mais trinta anos, independentemente da quantidade de resíduos produzida, pois vai ser instalada brevemente uma estação de combustagem que destruirá a maior parte dos resíduos e produzirá energia eléctrica a vender à Rede Eléctrica Nacional. Ali será também montada uma Estação de Triagem. Referiu-se a seguir à visita da Delegação da Cidade Francesa de Damazan que durante cinco dias visitou o concelho e agradeceu a colaboração dos Srs. Presidentes de Junta no apoio a esta visita. Informou também que tinha sido constituída oficialmente a empresa que irá avançar as parcerias publico-privadas, estando previsto que a sua primeira intervenção será a construção dos três Centros Educativos, começando pelo de Santa Comba Dão que está com o projecto em fase mais adiantada. Apresentou a sua planta e sumariamente referiu o que na realidade irá ser. A segunda intervenção será a construção de uma rotunda no Largo dos Bombeiros na sequência do que está a ser feito no Largo da Câmara. Fez depois a apresentação da sua informação já anteriormente distribuída aos Srs. Deputados através do sistema de PowerPoint, de forma a que os munícipes presentes também tivessem conhecimento da informação. Disponibilizou-se a seguir para prestar os esclarecimentos que os Srs. Deputados pretendessem.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado João Boto Martins, que pediu um esclarecimento sobre as obras da Rua Miguel Neves, uma vez que estavam concluídas e na informação distribuída constava que estavam para concurso. Congratulou-se a seguir com as obras que se estão a realizar no Largo do Município, no entanto haveria alguns pormenores com que poderia não concordar, por exemplo o aumento da volumetria do edifício adquirido pela Câmara, achando que o que está feito não se enquadra com a zona e achando estranho que o IPAR tenha aprovado o aumento da volumetria do edifício, por outro lado, concordando com os melhoramentos, achava que o investimento embora necessário e útil não era prioritário, por não ser pequeno. Tendo em conta a situação financeira da Câmara não sabia até que ponto a requalificação daquela zona era prioritária.

Respondendo o Sr. Presidente da Câmara, pediu desculpa pelo lapso, mas realmente o que deveria constar da informação sobre as obras da Rua Miguel Neves era que estavam concluídas. Em relação ao edifício para os Serviços Técnicos, o projecto foi ao IPAR e foi aprovado. Era a opinião do Sr. Deputado Boto Martins com a qual não concordava, pois o edifício mantinha a

sua traça que era o objectivo principal. Em relação aos gastos com a requalificação do largo, disse que o Sr. Deputado podia estar descansado pois as obras estavam enquadradas num contrato programa estabelecido com o Governo e eram financiadas a 50% e por isso a Câmara não podia perder a oportunidade para fazer a intervenção. Ao contrário do que o Sr. Deputado pensava, achava que estes investimentos eram óptimos, pois serviam para melhorar a qualidade de vida das pessoas e cada vez mais iria apostar na requalificação das zonas urbanas, numa linha que o próprio Governo estimulava, pois tinha uma verba substancial no QREN para este tipo de obras, focando mesmo que os empréstimos para estas obras não entravam no endividamento líquido. Não entendia o porquê do Sr. Deputado, que viveu alguns anos em países mais avançados que o nosso onde estas situações eram constantes, não concordar com esta obra argumentando que o investimento seria melhor aproveitado noutra situação. Pensava que não, pois achava que a competição entre os concelhos e cidades se iria fazer por aí.

Pedi novamente a palavra o Sr. Deputado Boto Martins para esclarecer que não tinha posto em causa o investimento em si, ficava até satisfeito, concordando que a requalificação dos centros urbanos era uma prioridade, havendo outras zonas a precisar de requalificação nomeadamente o Bairro da Ribeira, o que tinha posto em causa era a prioridade do investimento e não a sua necessidade.

Foi dada de seguida a palavra ao Sr. Deputado Agostinho Pires, constituindo a sua intervenção o anexo 1 desta acta.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois ponto dois - TERCEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S PARA O ANO EM CURSO=APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr, Presidente da Câmara, este começou por dizer que se tratava de uma revisão normal para fazer face a despesas que inicialmente não estavam previstas no orçamento. Focou ainda, que se estava até aqui a ter um procedimento errado, pois normalmente com estas revisões aumentava-se o valor total do orçamento o que nas contas finais provocava uma taxa de execução muito baixa, achando que futuramente se deve fazer o contrário. Não havendo intervenções a registar passou-se para a votação do ponto que foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto três - ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2008=APROVAÇÃO. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este começou por referir os condicionalismos que tiveram que ser tomados em conta na elaboração deste orçamento. Focou a seguir os objectivos fundamentais de natureza financeira e económica determinados pelo executivo.

Manifestou a opinião de que os orçamentos deveriam ser compartimentados anualmente sem trazerem os encargos anteriores de forma a que em cada ano fosse analisada a execução real do orçamento. Fez a seguir a apresentação em Powerpoint dos grandes números e capítulos do orçamento indicando as respectivas percentagens. Nas despesas com a saúde referiu que estava contemplada uma verba para a aquisição de uma Unidade Móvel de Saúde em virtude do serviço nocturno do SAP, entre as zero e as oito horas da manhã ir encerrar a partir de Março, situação irreversível contra a qual se lutou mas que não foi possível alterar, havendo situações muito piores noutros concelhos. Debruçou-se mais detalhadamente sobre o quadro que indicava as verbas a transferir para as Juntas de Freguesia referindo os valores e as circunstâncias em que os cálculos foram feitos em virtude do início ou não dos projectos constantes dos contratos programa de 2007. Focou também o mapa onde constavam as despesas com pessoal, referindo as verbas previstas e efectivamente gastas desde 2002 ano de início do POCAL indicando as respectivas percentagens, comparando os valores da anterior gestão e a gestão deste executivo. Houve efectivamente um aumento mais significativo, mas longe dos 25% mencionados na sessão anterior pelo Sr. Deputado César Branquinho nas despesas com pessoal em 2006, em resultado de alguns factos que enumerou: 1- A colocação de pessoal nas Juntas de Freguesia; 2- a necessidade de admitir pessoal auxiliar para as escolas em resultado de imposição da política central; 3- admissão de pessoal para o Gabinete de Planeamento e Urbanismo que reflecte efectivamente gastos com pessoal mas teve a contrapartida de poupar muitas verbas à Câmara pois a elaboração de projectos passou a ser feita internamente e não por empresas externas, originando assim uma grande poupança. Indicou que a previsão da execução deste orçamento seria de 64%.

Pediu de seguida a palavra o Sr. Deputado Agostinho Pires para fazer a intervenção que consta do anexo 2 desta acta.

Não havendo mais pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo o ponto aprovado por maioria de 19 votos a favor (14 da Coligação e 5 do Partido Socialista) e 7 Abstenções (1 da Coligação – Sr. Deputado Fernando Varela Nunes e 6 do Partido Socialista – Srs. Deputados João Boto Martins, Edite Cruz, Isabel Cruz, Paulo Dirceu Santos, Carla Isabel Cunha e Nuno João Pereira). Esteve ausente na altura da votação o Sr. Deputado da Coligação António Castro Cunha.

Seguidamente passou-se para o ponto dois ponto quatro - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO EM 2008. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este referiu que não era intenção do executivo a contratação de empréstimos a curto prazo, no entanto a própria lei determinava que na sessão de aprovação do orçamento também devia ser presente este pedido. Referiu que estes empréstimos não entravam no cálculo do endividamento líquido, e eram para ser utilizados no próprio ano. No entanto entendia que seria bom ter esta

situação acautelada no caso de acontecer algo excepcional e imprevisto. Não havendo pedidos de intervenção, o ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto cinco - LEI Nº 5/2004, DE 10 DE FEVEREIRO – LEI DAS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS=TAXAS PELOS DIREITOS DE PASSAGEM. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, este disse ser uma situação decorrente da lei e a proposta da Câmara era manter as taxas que já estavam em vigor e aprovadas. Não havendo pedidos de intervenção o ponto foi posto à votação sendo aprovado por unanimidade.

Passou-se depois para o ponto dois ponto seis - COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO=DESIGNAÇÃO DE 4 CIDADÃOS ELEITORES, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO ARTº 17º DA LEI Nº 147/99, 01 DE SETEMBRO. Pediu a palavra o Sr. Deputado Agostinho Pires que em nome da Coligação propôs o Sr. Dr. José Luís Henriques Figueiredo e a Sra. Dra. Tânia Maria de Jesus Ricardo. Em nome do Partido Socialista a Sra. Deputada Edite Cruz indicou o Sr. Dr. António João Pais Ferraz e ela própria Dra. Edite da Conceição Alves da Cruz. A indicação destes cidadãos foi posta à votação sendo aprovada por unanimidade.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos, foi lida de seguida a minuta da acta desta sessão que foi aprovada por unanimidade.

Passou-se a seguir para o ponto três da Ordem de Trabalhos - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. Não havendo pedidos de intervenção, O Sr. Presidente da Assembleia desejou a todos os presentes um Natal Feliz e um Bom Ano de 2008, dando por encerrada a sessão pelas dez horas e cinquenta e cinco minutos e dela se lavrou a presente acta que depois de votada vai ser assinada pelos membros da mesa.